



Nesta edição:

- Oportunidades de mais mercados para o agro
- OMC favorece Brasil contra Indonésia
- Floricultura busca potenciais importadores
- Superávit de US\$ 16,7 bilhões no 1º trimestre

Edição 32 - Abril de 2017

Alternativas e oportunidade de integração comercial para o agronegócio brasileiro

A importância do comércio internacional para o crescimento econômico é um fato incontestável. A integração entre os países contribuiu para ganhos de produtividade, desenvolvimento de diversos setores e aumento de padrões de vida. De acordo com estudo do Fundo Monetário Internacional (FMI), em parceria com a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Banco Mundial (2017).

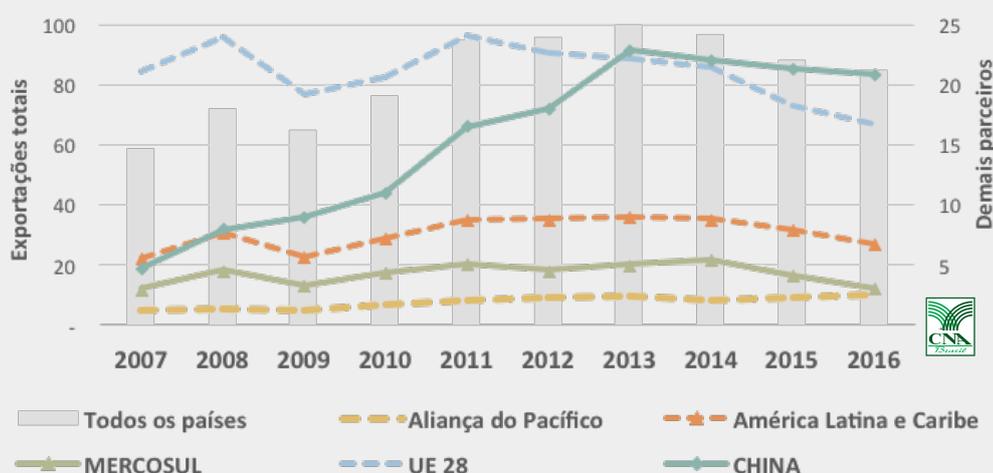
Lançado em abril, o relatório: "Making Trade an Engine of Growth for All: The Case for Trade and for Policies to Facilitate Adjustment" mostra que, com políticas adequadas, países podem se beneficiar das oportunidades geradas pelo comércio internacional.

A redução de tarifas, principalmente por meio de acordos, contribuiu para aceleração do comércio mundial. Como consequência dessa liberalização, atualmente, barreiras tarifárias

parecem restringir menos o comércio internacional do que barreiras não-tarifárias - como as técnicas e sanitárias, por exemplo. Nesse sentido, apesar da saída dos EUA da Parceria Transpacífico, a TPP continua a ser um marco regulatório para acordos comerciais, e seu texto deverá ser utilizado como base para as próximas negociações.

De acordo com o Banco Mundial, uma maior integração entre os países da América Latina e do Caribe pode tornar a região mais competitiva no mercado internacional e impulsionar o crescimento de longo prazo. Depois de dois anos de recessão, a economia da América Latina volta a crescer, o que poderá influenciar positivamente o comércio. De acordo com a instituição, apenas 20% das exportações na América Latina são inter-regionais, valor inferior aos 50% em comparação a Ásia Oriental, por exemplo.

Figura 1 – Exportações brasileiras do agronegócio (US\$ bilhões)



Fonte: AgroStat | Elaboração: SRI/CNA

Para o banco, novos acordos preferências de comércio (APCs), poderiam beneficiar a integração dos países da região, dado que existem muitas complementariedades na AL. Além disso, os APCs geram ganhos ao harmonizar regras e procedimentos para comercialização de produtos e serviços entre os países, ao concentrar os esforços na redução dos altos custos (infraestrutura, por exemplo); ao integrar mercados de trabalho e capitais, assim

como ao reduzir as barreiras em relação ao comércio com o restante do mundo.

Enquanto China e União Europeia representam, respectivamente, 25% e 20% do total exportado pelo agronegócio brasileiro, apenas 8% tem como destino América Latina e Caribe, e 3% vai para os países da Aliança do Pacífico, com o qual o Mercosul se

reuniu recentemente. Na ocasião, os governos dos países dos dois blocos, declararam a intenção de intensificar o livre comércio e a integração regional.

Esses fatores podem contribuir para a redução dos custos de exportações e de barreiras não tarifárias e elevar o comércio na região. Atualmente, o Brasil exporta US\$ 2,3 bilhões em produtos do agronegócio para a AP, e US\$ 6,5 bilhões para a América Latina, valores que podem crescer com uma maior integração na região.

Apesar da recente tendência nacionalista e protecionista, relacionada principalmente aos anúncios do presidente americano Donald Trump, e da confirmada saída da Grã-Bretanha da União Europeia, o livre-comércio continua a ser foco na agenda dos principais fóruns de discussão do mundo, como mostra o estudo do FMI.

O que pode contribuir para aumentar a participação do Brasil nos fluxos de comércio internacional?

Para o Brasil, alguns sinais têm sido observados. Recentemente, a presidente do Chile, Michelle Bachelet, anunciou a intenção de reaproximar Mercosul (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai) e Aliança do Pacífico (Chile, Colômbia, Peru e México). O compromisso de maior integração na região foi confirmado em Buenos Aires, no início de abril, durante reunião ministerial entre Mercosul e os países que integram a Aliança do Pacífico

Nessa linha, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Aloysio Nunes, tem ressaltado a importância da cooperação entre os blocos, o que pode gerar maior integração na região. Atualmente, o Brasil, por meio do Mercosul possui acordos comerciais com Chile (ACE-35), Colômbia (ACE-59), Peru (ACE-58), e bilateralmente com o México (ACE-53). Segundo o ministro, com o Chile o Brasil já possui livre-comércio, enquanto que, em 2019, o país também deverá exportar para Peru e Colômbia sem a incidência de tarifas.

Entretanto, produtos do agronegócio como alguns tipos de açúcar e de álcool, estão excluídos do ACE-58 com o Peru. Já para o milho, arroz descasado, leite em pó integral, assim como para açúcar branco, o país aplica um sistema de banda de preços que dificulta a exportação do produto brasileiro, por gerar uma espécie de sobretaxa ao importar esses produtos.

Já a Colômbia, aplica cotas de importação para a compra de alguns produtos do agronegócio brasileiro, as quais determinam o volume que pode ser importado sem a incidência de tarifas. Para o que exceder essa cota, não existe essa isenção. Os setores de carne bovina, lácteos, alguns subprodutos de origem animal e carne suína, por exemplo, possuem produtos nesse sistema de importação.

Outro sistema definido no ACE-59, que interfere no livre-comércio com a Colômbia, é o Mecanismo de Estabilização de Preços (MEP). Esse sistema é praticamente aplicado apenas sob produtos do agronegócio – como alguns grãos, oleaginosas seus subprodutos e óleos, carne de aves, carne suína e açúcar.

O MEP tem como objetivo, manter o equilíbrio dos preços dos produtos no mercado doméstico colombiano, e conseqüentemente

proteger o produtor das oscilações internacionais. Na prática, sob o produto, que poderia ser importado com isenção tarifária, acaba incidindo uma taxa, mas que não pode exceder a tarifa consolidada do país na OMC.

Em relação ao México, o governo brasileiro está trabalhando na ampliação do Acordo de Complementação Econômica nº 53. Esse mercado é de extremo interesse para as exportações brasileiras do agronegócio. Uma opção para o Brasil seria buscar a liberalização comercial - redução tarifária – com o México, a partir do que o país ofertou na TPP. O texto da Parceria é público, e pode ser acessado pelos setores interessados.

Entretanto, é importante ressaltar que acordos comerciais são uma via de mão dupla, portanto, para aumentar o acesso a outros mercados é necessário fazer concessões, o que pode ser um árduo processo para alguns países.

Além disso, a indefinição sobre o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA) pode gerar oportunidades para o Brasil intensificar o comércio com o México, principalmente para produtos como milho, carne bovina e de porco. Atualmente, os EUA são a principal origem de produtos agrícolas importados pelo México.

A Aliança do Pacífico também tem, todavia, outras parcerias em mente. Em março, ocorreu o primeiro encontro entre os ministros dos países da TPP após saída dos EUA da Parceria. A reunião foi organizada pelo Chile, na presidência pro tempore do bloco. Além disso, China, Colômbia e Coreia também estiveram na reunião, demonstrando que com ou sem o país norte-americano, a integração do Pacífico deverá ocorrer. Simultaneamente, é possível que os EUA passem a negociar de forma bilateral com os países com os quais possui interesses comerciais.

Em relação ao Brasil, parece existir uma postura mais ofensiva em relação às negociações comerciais. Entretanto, ao contrário dos países da Aliança do Pacífico, que possuem ampla integração comercial, por meios de acordos com diversas e importantes economias, o Brasil mantém uma curta rede de acordos e que praticamente não engloba regras que vão além das negociadas nos acordos da OMC, ao contrário do que foi adotado pela TPP. Em termos de agricultura, o Brasil ainda tem muito a ganhar com as negociações, por meio da redução de barreiras tarifárias, mas também em questões sanitárias, fitossanitárias e regulatórias.

Talvez a eleição de Donald Trump e o fim da TPP, pelo menos a curto prazo, tenham gerado uma janela de oportunidade, para um Brasil que não participou das últimas grandes negociações. O agronegócio brasileiro já atende as mais diversas demandas no mercado mundial, com seus altos índices de produtividade, por meio do uso de tecnologia e respeito a sustentabilidade. Mas novos acordos comerciais podem ser a chave para aumentar e diversificar as exportações do setor, tanto em termos de destinos quanto de produtos. É agora ou nunca!

Gabriela Coser

Assessora em Economia e Inteligência Comercial da CNA

Referências

Bloomberg. Trump's Trade Shifts Put Brazil Back in the Agriculture Game. (06/02/2017). Acesso em: 10 fev.2017.

Bloomberg. Mexican Companies Craft Plan to Sidestep U.S. Grain Imports. (22/02/2017). Acesso em: 05 mar.2017.

Bloomberg. Investors Are Betting Against Trump's Trade War. (14/03/2017). Acesso em: 15 mar.2017.

Estadão. Países do Pacífico fazem proposta de integração com o Mercosul. (29/03/2017). Acesso em: 29 mar.2017.

IICA. Mecanismos Arancelarios de Estabilizacion de Precios Agropecuarios en los Países de la Aladi - El Sistema de Franjas de precios. Acesso em: 10 abril.2017

IMF. Making Trade an Engine of Growth for All: The Case for Trade and for Policies to Facilitate Adjustment. (10/04/2017). Acesso em: 10 abril. 2017.

La Nacion. Metas ambiciosas para el Mercosur. (10/04/2017). Acesso em: 10 abril.2017.

MDIC. Acordos Dos Quais O Brasil É Parte. Acesso em: 10 abril.2017.

NY Times. Trade After the Trans-Pacific Partnership. (03/04/2017). Acesso em: 05 abril. 2017.

The World Bank. Deeper Integration Vital for Growth in Latin America and the Caribbean, World Bank Report Says. (14/03/2017). Acesso em: 20 mar. 2017.

The Economist. There has never been a better time for Latin American integration. (23/03/2017). Acesso em: 30 mar. 2017.

Vitória para a carne de frango brasileira contra a Indonésia e China



Em 2014, o Brasil iniciou processo de consultas na Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre restrições infundadas por parte da Indonésia à abertura do mercado para a carne de frango do Brasil. Devido a exigências sanitárias, que não têm qualquer critério científico, e da extrema burocracia do governo local para autorizações de importação e

emissões de licenças, os exportadores brasileiros não conseguem acessar o mercado indonésio, que é o maior do mundo para frango halal.

Segundo decisão preliminar da OMC, as medidas da Indonésia têm caráter discriminatório e criam barreiras desnecessárias ao comércio. O relatório final com a resolução do caso ainda levará alguns meses para ser publicado, mas a conquista já é um grande passo para o Brasil, que é o maior exportador mundial de frango halal. O contencioso despertou interesse de mais de 40 países membros da organização, que se apresentaram como terceiras partes no caso. Dentre eles estão os Estados Unidos, Japão, China e a União Europeia.

Esses dois últimos estiveram envolvidos em outro caso no qual o Brasil e a Tailândia saíram vitoriosos no mês de março. Alegando violação das regras por discriminação em relação às exportações chinesas, o país denunciou na OMC as cotas de carne de frango alocadas pela UE ao Brasil e a Tailândia. De acordo com o país asiático essas medidas teriam trazido grandes prejuízos a Pequim entre os anos de 2007 e 2013. Contudo, o governo chinês não

conseguiu provar essas violações frente ao órgão de solução de controvérsias da Organização Mundial do Comércio. O mercado europeu é de grande importância para as exportações brasileiras de carne de frango, que chegam a US\$ 1 bilhão por ano e precisam das cotas, que reduzem a tarifa aplicada ao produto brasileiro, para se manter competitivo nesse mercado.

No mês de março aconteceu também a reunião do Comitê de Agricultura da OMC. A oito meses da Ministerial em Buenos Aires, as discussões se pautaram nas políticas de apoio doméstico e no sistema de notificações de subsídios de países como os Estados Unidos, Canadá, Índia e União Europeia. As representações desses membros tiveram que dar explicações sobre montantes de subvenções para apoiar setores específicos como carnes e lácteos, em função de programas de auxílio para compensar quedas de preço no mercado internacional.

Além disso, pela primeira vez o Comitê abordou o tema do BREXIT, processo de saída do Reino Unido da União Europeia. O bloco teve que responder algumas questões sobre alocações de cotas tarifárias e sistemas de preferência para países em desenvolvimento. Porém, como o processo de saída foi recentemente iniciado, as explanações estão longe de ser conclusivas. Por fim, foi também abordado o tema de subsídios às exportações, com o clamor do Comitê para que se acelere a implementação pelos países do Acordo de Nairóbi, que decidiu por extinguir esse tipo de subvenção.

Camila Sande

Assessora para Negociações Internacionais da CNA

Mercados potenciais para as flores brasileiras

A floricultura - cultivo de flores - no Brasil e no mundo, vem crescendo nos últimos anos de forma dinâmica e rápida. Na última década a produção brasileira cresceu em média 11% ao ano e, em 2014, movimentou R\$ 2,09 bilhões, segundo o estudo "Mapeamento e Quantificação da Cadeia de Flores e Plantas Ornamentais do Brasil".

O mercado doméstico absorve a grande maioria da produção nacional de flores, 96,5% do total. Em 2014, o setor composto por flores, bulbos e mudas exportou US\$ 22,3 milhões, cerca de R\$ 56 milhões. A exportação de flores propriamente ditas chegou a US\$ 139,4 mil.

Essa cifra não representa, todavia, o histórico do setor. Em 2005, o Brasil exportou cerca de US\$ 6,5 milhões (1,6 mil toneladas) apenas em flores, e US\$ 27,4 milhões na floricultura como um todo. Contudo, a valorização do Real e a Crise de 2008 levaram o setor a buscar o mercado interno, e exportações tornaram-se eventuais.

Na atualidade, a produção e exportação brasileira de flores é heterogênea. A produção está presente em todas as regiões do país, sendo especialmente importantes os estados de São Paulo (48% da produção nacional), Minas Gerais (13%), Rio de Janeiro (11%), Rio Grande do Sul (4%) e Ceará (3%). As principais

espécies cultivadas no país são Alstroemeria, Antúrio, Lírio, Begônia, Crisântemo, Kalanchoe, Rosa, Violeta, Denphalaen, Azaleia, Phalaenopsis, Gérbera, Boca de Leão, Lisianto, Gipsófila, Cravo, Áster, Folhagem, Orquídeas, Helicônia, Protea e Solidago. Entretanto, 80% das exportações concentra-se numa categoria pouco específica, nomeada “outras flores frescas e seus botões, cortadas para buquês ou para ornamentação”. Nesta categoria estão incluídas todas as flores exceto rosas, cravos, crisântemos, lírios, azaleias e orquídeas.

Seja pela variada produção nacional, seja pelas exportações que o setor já manteve, é notável que a floricultura brasileira possui potencial de ampliar suas vendas a outros países de forma expressiva. Considerando o atual período de dificuldades na

economia nacional, o mercado externo pode se tornar novamente uma opção para o escoamento da produção do Brasil. Por essa razão, é interessante conhecer e entender os principais mercados potenciais para o setor.

Mercados potenciais

Rosas, crisântemos e cravos são os grandes destaques no comércio internacional de flores. Na média anual entre 2012 e 2015, as rosas responderam por 37,3% das importações mundiais, enquanto os crisântemos responderam por 9,8%, e cravos, 6,6%. Apesar disso, cada mercado possui suas peculiaridades. Por isso, é interessante analisar os maiores compradores do produto individualmente.

Figura 2 - Principais mercados importadores de flores no mundo



1

No período analisado, os **Estados Unidos** foram o maior importador mundial de flores. O país comprou do mundo US\$ 1,2 bilhão em flores, principalmente rosas (40%), cravos (32%) e “outras flores” (14%).

A Colômbia é a origem de mais de 60% das importações do país norte-americano, em parte graças ao Acordo de Promoção Comercial entre Estados Unidos e Colômbia. Enquanto sob a rosa importada do Brasil incide uma tarifa de 6,8%, por exemplo, a Colômbia possui livre acesso ao mercado americano dessa flor. De todo modo, os impostos de importação norte-americanos para outras flores são baixos e, geralmente, o Brasil recebe tarifas preferenciais em razão do Sistema Geral de Preferências (SGP) estadunidense. Por essa razão, os EUA podem oferecer boas oportunidades de negócios para produtores brasileiros de diversas espécies.

2

A **União Europeia** é o segundo maior mercado para flores. O bloco importa anualmente mais de US\$ 1 bilhão, sendo 64% em rosas. Assim como os americanos, “outras flores” (17%) e os cravos (11%) também são importados em grandes quantidades pelos europeus.

Apesar da relevância desse mercado, suas tarifas prejudicam as exportações brasileiras: os impostos de importação europeus para flores equivalem a até 12%. Outra dificuldade na exportação para a Europa reside na logística de transporte à região, especialmente para produtores do sudeste e sul brasileiros. Agricultores do nordeste do Brasil, onde está aproximadamente 8% da área cultivada do país, podem ter maior facilidade de exportar para o bloco. Esses produtores são especializados, principalmente, em rosas, amarílis, caladium e celsa, entre outros.

3

A **Rússia** foi o terceiro maior mercado mundial entre 2012 e 2015. O país importou anualmente US\$ 654 milhões em flores, principalmente em rosas (50%), crisântemo (18%) e "outras flores" (18%).

Os maiores exportadores para esse mercado são a União Europeia, o Equador e a Colômbia. A distância entre a Rússia e as zonas produtoras brasileiras é uma das dificuldades para exportação. Por outro lado, as tarifas do país são inferiores às europeias (entre 3,8% e 5,6%), em parte devido ao SGP russo. Do mesmo modo, o calendário russo possui picos de vendas em períodos distintos daqueles de países europeus e americanos, como o dia de volta às aulas (1º de setembro) e o dia das professoras (5 de outubro). Por essa razão, o esse mercado pode oferecer boas oportunidades de negócios para exportadores brasileiros.

O mercado latino-americano, e principalmente o Mercosul, é possivelmente o mais promissor para o relançamento da exportação brasileira de flores. Apesar de menor que os mercados dos Estados Unidos e Europa em valores comerciais, a venda dessas mercadorias para os países do Mercosul envolve percursos semelhantes a alguns existentes no mercado interno, reduzindo dificuldades logísticas. Enquanto uma viagem Holambra-Brasília tem 920 quilômetros, o percurso Holambra-Assunção (Paraguai), por exemplo, tem 1.370 quilômetros. Ademais, em razão de acordos comerciais, o Brasil não enfrenta barreiras tarifárias relevantes na exportação de flores para os países da região.

Com produção estruturada e histórico de exportações, a floricultura brasileira tem a capacidade de escoar parte de sua produção a mercados estrangeiros, ampliando de forma significativa suas possibilidades de negócios. Num primeiro momento, os países latino-americanos podem ser mais atraentes para o exportador nacional devido aos menores desafios logísticos e tarifários para o comércio. No entanto, Estados Unidos, União Europeia e Rússia também oferecem boas oportunidades. Além de movimentarem valores maiores, esses mercados possuem picos de consumo distintos daqueles do Brasil e potenciais de exportação de cadeias menos importantes nos países latino-americanos, como cravos. Caso a produção cumpra os requisitos sanitários e técnicos, a venda externa é uma possibilidade real para os produtores brasileiros de flores.

4

América Latina e Caribe (exceto o Brasil), por sua vez, importou anualmente US\$ 53,1 milhões em flores. O maior mercado da região é o Chile, que comprou US\$ 18,7 milhões ao ano – especialmente em rosas (53,7%), crisântemos (29%) e "outras flores" (12,5%).

Outros mercados relevantes são a Colômbia (US\$ 6,6 milhões, 72,4% em "outras flores" e 23,9% em roseiras – arbusto que gera as rosas) e Peru (US\$ 6,1 milhões, 82,3% em rosas e 5,9% em "outras flores"). A Argentina, Uruguai e Paraguai, países que juntos ao Brasil compõem o Mercosul, por sua vez, importaram US\$ 5,5 milhões, 72% dos quais em rosas, 13,5% em "outras flores" e 5,6% em cravos.



INTERAGRO

REDE AGROPECUÁRIA
DE COMÉRCIO EXTERIOR

InterAgro Flores

No dia 22 de março, foi realizado o seminário InterAgro Flores. Realizado em Holambra (SP), o seminário teve painéis sobre cultura exportadora, trilha da internacionalização, procedimentos aduaneiros e fitossanitários para a exportação de flores, análise de mercados potenciais e financiamento de exportações. Para mais informações sobre o evento, acesse <http://www.cnabrazil.org.br/paginas-especiais/interagro>.

Balança comercial - 1º trimestre de 2017

1 Superávit do agronegócio chega a US\$ 16,7 bilhões

A balança comercial do Brasil registrou saldo positivo no primeiro trimestre de 2017. O superávit de US\$ 14,4 bilhões representou aumento de 72% em comparação com o saldo do mesmo período de 2016. Houve incremento tanto nas vendas quanto nas compras externas do país.

No setor do agronegócio também houve aumento nas exportações e importações. Nesse caso, no entanto, as importações cresceram de forma mais expressiva (22,3%), fazendo com que o saldo apresentasse leve redução (-1,9%) se comparado a 2016. Apesar disso, o setor registrou superávit de US\$ 16,7 bilhões no primeiro trimestre de 2017. Com embarques de US\$ 20,5 bilhões e compras de US\$ 3,8 bilhões, o Brasil se mantém um exportador líquido de bens agropecuários.

Figura 3 - Balança comercial do agronegócio primeiro trimestre



Fonte: AliceWeb/MDIC | Elaboração: CNA/SRI

2 Soja assume a liderança das exportações

Com embarque de US\$ 5,3 bilhões (13,4 milhões de toneladas), a soja em grão lidera não só as exportações do agronegócio como as vendas totais do país. Até o mês de fevereiro, o grão ocupava a segunda colocação atrás somente do petróleo em bruto. Com a divulgação dos dados de março, o grão atingiu valor e volume recorde de exportações para o período, e reassumiu a primeira colocação.

Se comparado ao primeiro trimestre de 2016, as vendas da oleaginosa brasileira ao exterior apresentaram 40% de aumento. Nos dois últimos anos, as exportações de soja em grão estiveram abaixo da média devido ao atraso no plantio e colheita causado pela seca, por exemplo. Apesar da safra abaixo do esperado no ano passado, em 2017 tanto o plantio quanto o desenvolvimento da soja ocorreram dentro do prazo normal, o que deverá aumentar o volumes disponibilizado nos últimos anos.

Figura 4 - Exportações brasileiras de soja em grão - primeiro trimestre

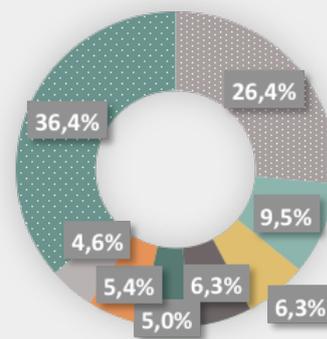


Fonte: AliceWeb/MDIC | Elaboração: CNA/SRI

Dos dez principais produtos exportados pelo Brasil entre janeiro e março, sete pertencem ao agronegócio. Juntos, eles somaram US\$ 12,8 bilhões em vendas, o que representa 25% das exportações totais do Brasil e 63% dos embarques do agronegócio no período. Somente a soja em grão responde por 11% das vendas do Brasil e 26% das exportações do agronegócio.

Outros produtos de destaque são **açúcares de cana em bruto** (US\$ 1,9 bilhão ou 4,5 milhões de toneladas), **café verde** (US\$ 1,3 bilhão ou 435,6 mil toneladas), **celulose** (US\$ 1,3 bilhão ou 3,3 milhões de toneladas), **pedaços e miudezas de frango** (US\$ 1,1 bilhão ou 640 mil toneladas), **farelos de soja** (US\$ 993 milhões ou 2,72 milhões de toneladas), e **carne bovina desossada e congelada** (US\$ 919,8 milhões ou 234 mil toneladas).

Figura 5 - Principais produtos do agronegócio exportados



- Soja em grão
- Açúcares de cana em bruto
- Café verde
- Celulose
- Pedaços e miudezas frango
- Farelo de soja
- Carne bovina desossada e congelada
- Demais produtos

Fonte: AliceWeb/MDIC | Elaboração: CNA/SRI

3 Principais destinos para as exportações do agro

Assim como a soja em grão – líder das exportações do Brasil – pode não surpreender aqueles que constantemente acompanham os resultados da balança comercial, a China como principal compradora dos nossos produtos. Os embarques do agronegócio brasileiro para o gigante asiático somam US\$ 5,7 bilhões apenas

em três meses, valor 34% superior àquele registrado no mesmo período de 2016. A soja em grão é, disparado, o principal produto de exportação do setor, respondendo por 75% das vendas totais do agronegócio para a China.

1º
Café verde
US\$ 242,1 mi.
84,0 mil tons

No 1º trimestre de 2017, o Brasil exportou US\$ 6 bilhões para os **Estados Unidos**, 8% a mais do que no mesmo período de 2016. O agronegócio teve participação de 24% nessas exportações, com embarques de US\$ 1,5 bilhão. Esse valor faz do país o terceiro principal destino para as exportações do agronegócio este ano.

2º
Celulose
US\$ 198,8 mi.
503,5 mil tons

3º
Álcool etílico
US\$ 119,5 mi.
138,2 mil tons

1º
Café verde
US\$ 691,6 mi.
236,6 mil tons

2º
Farelo de soja
US\$ 565,7 mi.
1,54 mi. de tons

3º
Celulose
US\$ 409,9 mi.
1,12 mi. de tons

1º
Soja em grão
US\$ 4,3 bi.
10,9 mi. de tons

2º
Celulose
US\$ 499,1 mi.
1,2 mi. de tons

3º
Carne bovina
US\$ 219,6 mi.
52,9 mil tons



Brasil



No 1º trimestre de 2017, as exportações do Brasil para a **União Europeia** somaram US\$ 8,1 bilhões, 9% a mais do que no mesmo período de 2016. O agronegócio teve participação de 46% nessas exportações, com embarques de US\$ 3,8 bilhões. Esse valor faz do país o segundo principal destino para as exportações do agronegócio este ano.



Os embarques do Brasil para os demais países-membros do **Mercosul** somaram US\$ 5,3 bilhões entre janeiro e março de 2017, aumento de 21% em relação ao mesmo período do ano anterior. Por outro lado, as vendas do agro caíram e fecharam o trimestre em US\$ 645 milhões. O agro participou de 12% das exportações para o bloco em 2017.

No 1º trimestre de 2017, as exportações do Brasil para a **China** somaram US\$ 11,8 bilhões, 69% a mais do que no mesmo período de 2016. O agronegócio teve participação de 49% nessas exportações, com embarques de US\$ 5,8 bilhões. Esse valor faz do país o principal comprador do agronegócio brasileiro.

1º
Carnes de suínos
US\$ 44,6 mi.
16,5 mil tons

2º
Carnes de frango
US\$ 30,0 mi.
13,2 mil tons

3º
Cervejas de malte
US\$ 29,9 mi.
49,4 mil tons



Agro em foco

CNA vai liderar comitiva brasileira em órgão das Nações Unidas

O presidente da CNA, João Martins da Silva Junior, chefiará a delegação brasileira de empregadores na 106ª sessão da Organização Internacional do Trabalho (OIT). O evento acontecerá na sede das Nações Unidas em Genebra, Confederação Suíça, no próximo mês de julho. Emprego, trabalho descente, migração de trabalhadores serão debatidos por mais de 100 países na conferência. Como delegado empregador, o presidente da CNA também terá a oportunidade de discursar para a assembleia-geral da OIT. Entre outros temas, o dirigente defenderá o comprometimento dos agropecuaristas brasileiros com a sustentabilidade social no campo.

MDIC lança Portal Único do Comércio Exterior



O Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), lançou em 23 de março, o Novo Processo de Exportações do Portal Único do Comércio Exterior, que está no centro da estratégia brasileira para a facilitação de comércio. A iniciativa tem como objetivo reduzir prazos e custos e aumentar a competitividade dos produtos brasileiros no exterior.



Fórum para o Futuro da Agricultura 2017

A CNA participou em março do 10º Fórum para o Futuro da Agricultura (FFA), realizado, na cidade de Bruxelas. O evento reuniu governos, empresas, políticos, sociedade civil e agricultores que estão envolvidos com temas relacionados a agricultura sustentável e proteção do meio ambiente.

Fonte: FFA.

Seminário sobre Desenvolvimento Sustentável e Produção Agropecuária

A CNA, em parceria com a Sociedade Rural Argentina (SRA) e com o Instituto para as Negociações Agrícolas Internacionais (INAI), realizou na Bolsa de Cereais, em Buenos Aires, seminário sobre desenvolvimento sustentável e produção agropecuária. O evento ocorreu por ocasião do Comitê de Negociações Birregionais (CNB) - foro negociador entre Mercosul e União Europeia.

Estudo da CNA analisa como tarifas de importação nos Estados Unidos inibem o comércio de produtos agropecuários

Elaborado pela Superintendência de Relações Internacionais da CNA, o estudo "Barreiras Comerciais: Análise dos Picos Tarifários dos Estados Unidos e o Agronegócio Brasileiro", mostra como as tarifas de importação extremamente elevadas, conhecidas como picos tarifários, inibem o comércio com os Estados Unidos. Ainda que, em geral, os Estados Unidos não tenham tarifas de importação muito elevadas, as tarifas aplicadas a alguns produtos agropecuários podem atingir níveis extremos, tornando-se barreiras proibitivas ao comércio. Entre os setores analisados estão carne bovina e de peru, lácteos, frutas e derivados, amendoim, óleo de soja, açúcar, tabaco e cachaça. Os resultados do estudo demonstram que a celebração de acordos comerciais pelo Brasil pode contribuir para o aumento das exportações da agropecuária. 🌱

UMA PUBLICAÇÃO



Superintendência de Relações Internacionais

Lígia Dutra Silva

Camila Nogueira Sande

Elizabete Serpa

Gabriela Coser Rivaldo

Lara Vicente Teixeira

Layanne Alves Vasconcellos

Pedro Henrique de Souza Netto

Pedro Henriques Pereira

Thiago Masson

twitter.com/SistemaCNA 
facebook.com/SistemaCNA 
instagram.com/SistemaCNA 

www.cnabrazil.org.br
www.canaldoprodutor.tv.br